



MAPEAMENTO DAS ESCOLAS PARA O PÚBLICO SURDO NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES - PA

Luanna Gabrielle Nascimento Mendes de Oliveira ¹
Christianne Thatiana Ramos de Souza ²

RESUMO

A educação no município de Belém do Pará está passando por reformulação a partir da elaboração do projeto de educação bilíngue, para isto é importante conhecer quantos estudantes surdos estão matriculados na rede de ensino, em quais escolas este público está situado e como está ocorrendo seu atendimento educacional especializado. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo principal investigar o modo como está organizada a educação de surdos no município de Benevides. Como objetivos específicos buscou: mapear as instituições públicas escolares localizadas no município de Benevides que possuem estudantes surdos matriculados; verificar como ocorre o processo de matrículas dos estudantes surdos nas escolas e o tipo de atendimento educacional oferecido a este público. A coleta de informações foi feita por meio de entrevista com a neuropsicopedagoga da Educação Especial no município de Benevides e do levantamento dos registros de matrículas dos estudantes surdos na rede municipal. Existe um total de 3 estudantes com surdez matriculados em três instituições distintas, com a presença de uma intérprete e ATE's (Assistentes Técnicos Educacionais), nas quais estão sendo implementadas propostas curriculares pautadas nos pressupostos do bilinguismo para surdos. Os dados apontaram que a inclusão do surdo tem sido positiva no município, mesmo que haja pouco números de estudantes matriculados na educação municipal de Benevides.

Palavras-chave: Bilinguismo, Educação de Surdos, Surdez.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a constituição do sujeito surdo em qualquer ambiente está interligada ao processo de aquisição da língua de sinais, uma vez que essa modalidade viso-espacial se refere a cultura do surdo, respeitando sua forma de expressão na relação consigo mesmo e com o outro. Gesser (2009) afirma que em qualquer lugar que haja interação com o surdo, terá a presença da língua de sinais, assim pode-se dizer que para haver uma comunicação efetiva, a sinalização deve estar presente. Pensar no desenvolvimento linguístico do surdo nas duas modalidades (L1 – língua de sinais; e L2 – linguagem escrita de acordo com a língua nativa do país em que o surdo reside) demanda uma ação social. Assim, Mendes e Roure (2016) afirmam

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - PA, mendesluanna28@gmail.com

² Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos- SP, ctrsouza@ufpa.com

que “Dessa forma, se for possibilitada ou respeitada a aquisição da primeira língua, a Língua de Sinais, o surdo terá facilitado o seu desenvolvimento” (p. 231). A inclusão dos sinais na educação desse público colabora para o desenvolvimento psíquico e acadêmico obtido pelo aluno com surdez: deve-se lembrar que um grupo de sujeito de surdos que se apropriam da mesma língua – de sinais – tem costume, trajetória histórica, tradições, e interesses comuns (STROBEL, 2006). Gesser (2009) destaca que “Em qualquer lugar em que haja surdos interagindo, haverá língua de sinais. Podemos dizer que o que é universal é o impulso dos indivíduos para a comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é a sinalizado (p.12)

Da mesma forma, deve-se analisar as políticas públicas que são efetivadas no decorrer da caminhada pedagógica do surdo, desde a presença da sua língua, metodologias ativas, currículo adaptado, debates, capacitação de docentes até a participação de intérpretes, essas são algumas das demandas que tornam a educação mais significativa e flexível, tanto para o sujeito com surdez quanto para os profissionais que farão seu acompanhamento. Skliar (1999) afirma que: “[...] entre educação especial e educação bilíngue de surdos, é imprescindível para que a educação bilíngue desenvolva uma certa profundidade política” (p. 12), justificando então a importância da acessibilidade efetiva para o aluno surdo num ambiente escolar onde sua língua seja respeitada, valorizada e utilizada pelos agentes ativos da instituição, com intuito de promover uma inclusão da língua viso-espacial. Quadros (2004) expõe que:

Da língua, para aprender através dessa língua e para aprender sobre a alfabetização de crianças surdas enquanto processo, só faz sentido se acontecer na Língua de Sinais Brasileira (LSB), a língua deve ser usada na escola para aquisição da língua. (QUADROS, 2004, p.55)

Deve-se levar em consideração a implicação pedagógica da língua de sinais no processo educacional dos alunos surdos: além da capacitação bilíngue do professor, haverá também a utilização dos sinais com os elementos linguísticos orais para promover ao aluno surdo a decodificação de letras/palavras como processo de auxílio no momento do ensino da linguagem escrita, primordiais para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, como a memorização, formação de conceitos, raciocínio lógico, entre outros. (FERNANDES, 2012). A política educacional deve levar em conta a identidade, subjetividade e saberes do aluno com surdez, principalmente vinculado com a motivação de reverter a insatisfação, exclusão e segregação escolar que ainda se faz presente. A quebra de preconceitos em relação a língua utilizada pelo surdo possibilita a esse público uma melhor oportunidade de vida, caracterizada principalmente pelo desenvolvimento intelectual completo, adequado e humanizado pela sua realidade. Sobre isso, **Quadros et. al (2014, p. 802)** fundamenta em seus estudos que a interação entre línguas “produzem estruturas com interferência interlinguística e alternância de línguas,

bem como apresentam a forma produtiva a sobreposição de línguas”, tal proposta caracteriza-se pelo uso simultâneo de sinais e fala, proporcionando o uso inadequado da Libras, visto que a mesma tem gramática diferenciada da língua portuguesa escrita. O marco na educação de surdos se deu através da implementação da proposta do Bilinguismo, por meio da Língua de Sinais que proporciona uma maior interação e aquisição por meio da própria dinâmica da língua viso-espacial que é oferecida a comunidade, e por meio dessa apropriação comum, o diálogo ocorre de forma significativa para os indivíduos com surdez e ouvintes que pretendem fazer a mediação por meio da Libras. (FERNANDES, 2012). Por isso, persiste a ideia da formação continuada do professor como uma necessidade significativa para promover a adaptação curricular do aluno surdo mediante as modificações necessárias para que o aluno compreenda a totalidade do que está sendo ensinado, contemplação de discussões – realizadas por meio de rodas de conversas, reuniões, etc – para que os agentes ativos da escola compreendam a perspectiva teórica e metodológica do bilinguismo para o surdo no contexto escolar, etc.

A educação especial no solo paraense avançou de forma significativa, e por esse motivo, este projeto de pesquisa tem o objetivo de observar e mapear as instituições que possuem matrículas de alunos surdos no município de Benevides, assim como verificar as metodologias utilizadas com os alunos, recolhendo tal informação com a coordenadora da educação especial do município analisado. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o modo como está organizada a educação de surdos no Município de Benevides; os específicos são: mapear as instituições públicas escolares localizadas no Município de Benevides que possuem alunos surdos matriculados; caracterizar o modelo teórico-pedagógico que fundamenta a proposta curricular de ensino fornecida ao público surdo; e verificar como ocorre o processo de matrículas dos estudantes surdos nas escolas e quantos estudantes estão efetivamente matriculados. Espera-se, dessa forma, contribuir com os avanços de pesquisa nessa vertente, além de contribuir positivamente com futuros estudos, promovendo uma abordagem teórica estruturada atrelada com os dados coletados em Benevides, com a finalidade de verificar o processo de matrícula e inclusão no município.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está pautada em uma abordagem qualitativa, a qual trabalha com o universo de significados, motivos e aspirações dos sujeitos. Esse conjunto de fenômenos, segundo **Minayo (2012, p. 21)**, “é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar sua ação dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”. A pesquisa quantitativa é aquela

em que se coletam e analisam dados quantitativos sobre variáveis. Dessa forma, este tipo de pesquisa será capaz de identificar a natureza profunda das realidades, seu sistema de relações, sua estrutura dinâmica, bem como, determinar a força de associação ou correlação entre variáveis, a generalização e objetivação dos resultados através de uma mostra que faz inferência a uma população (ESPERÓN, 2017). Cabe destacar que o caráter do estudo é de natureza exploratória. No entanto, pesquisa não é mera descrição ou classificação de opinião dos informantes, mas sim “a busca da compreensão e interpretação à luz da teoria”, o que “aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador” (MINAYO, 2012, p. 27). Isso nos conduziu à compreensão de que a pesquisa visa também a identificar os fatores sociais e políticos, os quais determinam ou contribuem para a ocorrência sobre os assuntos, uma vez que aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão e os porquês das “coisas”.

O local de pesquisa foi a Secretaria Municipal de Educação de Benevides. Participou do estudo a Neuropsicopedagoga, que nos concedeu entrevista e destacou que essa foi a primeira pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará na secretaria. A intenção foi conhecer quantos alunos surdos estavam ativos da rede, assim como a assistência dada a estes, tanto na adaptação curricular quanto na ajuda com profissionais de educação acompanhando o processo de ensino. A participante da pesquisa, precisou concordar previamente, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), comprovando a anuência em participar do estudo.

A entrevista presencial contou com a anotação das falas da Neuropsicopedagoga, a análise de documentos (no total, foram dois: um enviado para o Ministério Público, com os projetos, Núcleo Político Pedagógico (NUPP), Público Alvo da Educação Especial (PAEE), Formações, etc; e o outro, faz referência ao curso de continuação formada dos profissionais da educação do município – curso de Libras básico). Esse material foi entregue na Secretaria de Educação de Benevides, ocorrendo em junho de 2022. Após a coleta, a análise foi realizada da seguinte forma: quantificação dos dados coletados referentes aos números de auxiliares de classe, alunos e escolas; o mapeamento das escolas e o tipo de recurso que está sendo disponibilizado a esse público. Da mesma forma, tivemos a relação do Núcleo Psicossociopedagógico e do próprio curso de Libras ministrado no município. Descartou-se toda e qualquer informação fora da realidade da surdez, pois o intuito da pesquisa foi visualizar o modelo teórico-pedagógico com esse público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Congresso Brasileiro
sobre **Alfabetização,**
Linguagens e
Letramentos

A partir da análise dos dados foi possível entender que o processo de implantação multiprofissional do Núcleo Psicossociopedagógico, que teve início em maio de 2021, presente na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), integrante do Núcleo Político Pedagógico (NUPP) ajudou de forma significativa a vida dos educandos com algum tipo de deficiência e/ou transtorno.

A equipe atua diretamente nas escolas da Rede Municipal de Ensino dando suporte aos educandos com deficiência ou em processo de avaliação/diagnose médica, assim como trabalha com intervenção nas demandas psicossociais, que são refletidas em sala de aula, demonstrando a necessidade de um olhar mais amplo e sensível às possíveis situações de vulnerabilidade socioeconômicas ou violações de direitos que esses alunos possam estar vivenciando. Esses reflexos são identificados, em sua maioria, pela gestão e corpo docente das 34 escolas da Rede Municipal de Ensino. Para tanto, faz-se necessário a intervenção da equipe junto a essas famílias através da visita institucional e atendimento multiprofissional, a fim de, conhecer melhor essa realidade, no que tange ao contexto familiar, bem como estudo de caso individualizado, que em sua maioria resultam em encaminhamentos/articulação através dos órgãos competentes com a possibilidade de acompanhamento especializado ou não. Tem-se por objetivo, a garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente, proporcionando o melhor acompanhamento, convivência e desenvolvimento do trabalho pedagógico. (GRIFOS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2022)

Na Rede Municipal de Ensino de Benevides, o profissional responsável por acompanhar o público-alvo da educação especial (PAEE) é o profissional Assistente Técnico Educacional - ATE, que é um profissional da área da educação (sendo esses dentro das características: alunos em processo de finalização do curso de graduação em alguma Licenciatura, Licenciados, Pós Graduados) e atua como mediador no processo de aprendizagem dos alunos PAEE, com a intencionalidade de acompanhar nas atividades escolares, propondo todo e qualquer tipo de recurso e currículo adaptado para esse público. O ATE participa ativamente da inserção pedagógica dentro do ambiente de sala de aula dos alunos PAEE, mediando atividades, propondo mudanças curriculares que possam ser compreensíveis para o aluno mediante a temática explorada com a turma, facilitando o acesso por meio do lúdico a partir de jogos pedagógicos, atividades, etc. A presença desse profissional se faz presente apenas nas escolas municipais do município, com ausência da Sala de Recursos Multifuncionais (SMR), enquanto nas escolas estaduais esta sala está ativa e o acompanhamento dos alunos com necessidades especiais não.

A Secretaria de Educação - SEMED - tem oferecido formações continuadas a esses profissionais, na intencionalidade de manter uma equipe de profissionais atuantes empenhados na educação inclusiva, atualizados perante as leis educacionais e em novas metodologias ativas para facilitar o processo educacional de alunos Público-Alvo da Educação Especial. No dia 22

de abril de 2022, materiais pedagógicos adaptados às necessidades e limitações foram entregues para serem utilizados por alunos cegos e surdos, conforme a Lei Brasileira de Inclusão Art 28. Inc II “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”. Entre esses jogos, para alunos surdos, nos foi mostrado: Relógio de Libras (ensinando a questão dos numerais, noção de hora/espço, etc), Jogo da Memória (onde tem-se a figura do animal – exemplo, macaco – e o sinal correspondente ao animal) e o Dominó da Alfabetização (ligando a figura com sinal); existem outros materiais pedagógicos, mas foram encaminhados para as escolas onde estão matriculados os alunos surdos. Percebe-se a capacitação efetiva dos profissionais da educação e ATE’s ofertada pela Secretaria Municipal de Educação da Região Metropolitana de Benevides, por meio de cursos de capacitação e formação continuada. A mais recente delas foi o “Curso Básico de Libras”, com 40 vagas (nessa perspectiva, foi priorizado os ATE’s que trabalham com alunos surdos), na intenção de promover a prática com a Língua de Sinais por parte do corpo docente e Assistentes Técnicos Educacional de todas as escolas da rede municipal. O curso ocorre na própria Secretaria de Educação do Município, nas manhãs de sábado.

No município municipal de Benevides, no que se refere a educação de alunos com surdez, obtivemos o seguinte resultado: três estudantes surdos em três instituições escolares diferentes, e são elas: A escola EMEF Santa Luzia atende um aluno do fundamental II, na série do 6º ano; a escola CMEU Jardim dos Jurutis atende um aluno da educação infantil, do Pré-I; e a escola EMEIF José do Patrocínio, atende um aluno da educação infantil, do Pré-II. A matrícula ocorre na escola em que os pais e/ou responsáveis optarem: caso a escola perceba algum traço de dificuldade, transtorno ou deficiência, a escola encaminha um ofício para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e eles fazem o atendimento a família, tentando compreender desde quando aquele traço está presente, se a própria família já percebeu, etc. A Psicóloga e a Assistente Social ficam com os pais, enquanto a Neuropsicopedagoga fica responsável com os alunos e as crianças são levadas a avaliação na SEMED: após esse momento, as profissionais fazem o cruzamento de informações obtidas com os indivíduos, caso verifiquem que há alguma dificuldade, elas encaminham para o posto de saúde um relatório tanto dos multiprofissionais da SEMED quanto da própria escola em que o aluno está matriculado, com intenção de receber o acompanhamento com um clínico geral, fazendo esse olhar e encaminhando para os demais profissionais (psicólogos, terapeutas, psicopedagogos, etc).

Perante esse resultado, verificou-se que há a presença de Intérprete e Tradutores na Língua de Sinais (ITLS) apenas na escola EMEF Santa Luzia. Percebe-se a diferença de idade, assim como a presença de cada surdo em uma instituição escolar diferente: os alunos surdos tem o acompanhamento nas atividades escolares dos Assistentes Técnicos Educacionais (ATE's) apenas com o laudo médico. Porém, com a ausência de um espaço para mediar as atividades com um AEE (onde seria um espaço que iria procurar facilitar, elaborar, organizar recursos pedagógicos e fornecer acessibilidade, com intuito de eliminar as barreiras para a participação efetiva desses alunos), a educação fica ainda mais prejudicada, pois com a pouca utilização de Libras na escola com outros surdos, a exclusão desses alunos é evidente. Outro debate que existe é a respeito dos sinais caseiros: sabe-se que em um lar de ouvintes, a mediação entre surdos e ouvintes acaba se dando por gestos, com seus significados contextualizados, com a perspectiva de compreender comandos e fazer um tipo de comunicação.

Da mesma forma, apenas a escola EMEF Santa Luzia possui Tradutor-Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (TILS), sendo um papel profissional de suma importância na vivência do aluno com surdez, justamente por mediar o acesso dos conhecimentos para os alunos com surdez.

Todavia, este profissional tem sido historicamente constituído na informalidade, nas relações sociais, pela demanda dos próprios surdos que inúmeras vezes precisam de intérpretes para mediar sua comunicação com ouvintes (LACERDA, 2010, p. 137).

Talvez por falta desses profissionais no município tenham priorizado disponibilizá-los ao aluno do ensino fundamental II, por estar numa série que requer mais empenho e compreensão perante as disciplinas ofertadas na grade curricular do 6º ano; mas isso, em hipótese alguma, altera a participação e acompanhamento do TILS a todos os alunos surdos que necessitam dessa mediação com a oralidade. Além disso, o Intérprete pode ser visualizado como um canal de compreensão na vida do aluno com surdez, pois sabe-se a importância da Língua de Sinais e do Bilinguismo na vida desse público.

No diálogo com a Neuropsicopedagoga do Município, observa-se que as escolas e a própria secretaria de educação adotam métodos e técnicas de ensino aprendizagem específicas para que o aluno com surdez possa compreender o que está proposto no currículo escolar referente a turma em que está incluso, mas nada disso terá êxito se o bilinguismo não estiver sendo efetivo no cotidiano escolar da criança: é preciso valorizar as duas modalidades linguísticas – a Língua de Sinais sendo visual-espacial e a Língua Portuguesa como escrita. A ausência dessa convivência dificulta, de forma significativa, a construção e apropriação da identidade da pessoa surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma amplificada, observa-se que a Secretaria de Educação do Município de Benevides tem uma quantidade reduzida de alunos com surdez matriculados nas escolas, mas que possui um corpo técnico de profissionais dispostos a atender essa demanda Público Alvo da Educação Especial da forma mais inclusiva possível, seja por meio do diagnóstico, na ajuda com as adaptações por meio dos ATE's, as formações dos professores através das palestras, na disponibilização de cursos de LIBRAS para os profissionais da educação, assim também como o uso de recursos pedagógicos que possam auxiliar o aluno com surdez com materiais adaptados. O professor e/ou profissional da educação que estiver assumindo essa tarefa estará imbuído da necessidade de se apropriar da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (QUADROS, 2006). O mapeamento das escolas com a matrícula de alunos surdos foi realizado de forma efetiva, assim como o quantitativo de alunos surdos; sobre as metodologias aplicadas, pode-se observar a ausência do AEE, o que é imprescindível na caminhada escolar do estudante surdo, pois é lá que ele irá se apropriar e aprender mais da Língua Brasileira de Sinais nas disciplinas abordadas em sala de aula.

Da mesma forma, percebe-se que a inclusão do aluno com surdez não acontece na hora da matrícula, mas quando sua língua é respeitada e inclusa no cotidiano da instituição escolar: percebemos que isso é efetivado a partir do momento que a Rede Municipal oferece curso de formação de Libras básico para os professores e ATE's presentes nas 34 escolas da rede municipal de ensino.

Talvez, pela educação estadual do município obter as salas de AEE, muitos pais e/ou responsáveis acabem optando por essa demanda, mas acaba tendo pouco êxito, visto que não há quem acompanhe o aluno na sala regular, prejudicando o ensino do aluno com surdez: vale a pena destacar que tivemos apenas acesso aos dados do município, e por verificar essa realidade no sistema educacional do município, é importante frisar a presença indispensável do acompanhamento do profissional com o aluno (no caso do município de Benevides, através dos ATE's), o atendimento no contra turno do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além do auxílio da Sala de Recursos Multifuncional (SMR), para aplicar as mediações necessárias para que o aluno tenha eficácia na sua condição escolar. Acredita-se que, por meio dessa pesquisa, será possível fazer uma comparação panorâmica com os demais municípios do estado, além de agregar grandemente no que diz respeito aos estudos de educação de surdos na área paraense. Instigar e levantar hipóteses em lugares do nosso estado faz uma interligação com estudos ainda não explorados, demandas ainda não alcançadas, profissionais da educação



Congresso Brasileiro
sobre **Alfabetização,**
Linguagens e
Letramentos

que ainda esperam por um olhar significativo de pesquisadores: inclusive, essa pesquisa foi realizada com êxito e foi a primeira a ser realizada na Secretaria de Educação do Município de Benevides, e esperamos que a singularidade desse trabalho possa ser o início de mais produções acerca dessa e de outras vertentes para os indivíduos Público Alvo da Educação Especial. Por fim, os resultados obtidos nesse estudo não pretendem ser concluintes em relação a educação de surdos no Pará, principalmente no Município de Benevides, mas, pretenderá incluir as informações já existentes que terá consideravelmente impactos na comparação de sistemas educativo que podem servir como consulta a outros investigadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei 11.796,** de 29 de outubro de 2008, que institui o Dia Nacional dos Surdos.

BRASIL. **Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010,** que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

BRASIL. **Lei 14.191, de 3 de agosto de 2021,** que regulamenta sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos. FELIPE, T. A. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.



Congresso Brasileiro
sobre **Alfabetização,**
Linguagens e
Letramentos

ESPERÓN, Julia Maricela Torres. Tradução e adaptação cultural de instrumentos de coleta de dados sobre construção de gênero na infância. *Escola Anna Nery*, v. 22, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/qPP88B7gLYccfwZP6Tnd6cn/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 2 de agosto de 2022.

FERNANDES, S. Conhecendo a Surdez. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006

FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

GESSER, A. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Prefácio de Pedro M. Garcez. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, pp. 133-153, mai/ago, 2010.

MENDES, W. B. S. V.; ROURE, G. Q. **Capítulo XVI: O Papel da Língua de Sinais nos Processos de Formação do Surdo**. P. 227-238. In: ZENATTA, Beatriz Aparecida. BALDINO, José Maria. AFONSO, Lúcia Helena Rincón [organizadores]. *Temas de Educação: olhares convergentes*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de agosto de 2022

QUADROS, R. M. **O tradutor e o intérprete da língua brasileira de sinais e a língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos: Brasília: MEC/SEESP. 2004

_____. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** MEC, SEESP, 2006z
SÁ, N. L. de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, C. (org) *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

QUADROS, et al. Sobreposição no desenvolvimento bilíngue bimodal. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 799-834, 2014

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. Em C. Skliar (Org.), **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos.** Porto Alegre: Mediação. 1999

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis.: Editora da UFSC, 2008. TEIXEIRA, C. S. de S.; OLIVEIRA, F. da S.; FREITAS, I. M. D. de. Educação de surdos: repressões e conquistas. **DIVERSITAS JOURNAL.** Santana do Ipanema. AL, vol. 6, n. 2, p. 2606-2626, abr/jun, 2021.

